

Infância, pandemia e desigualdades socioterritoriais na Região Metropolitana de Belo Horizonte*

Levindo Diniz Carvalho

Luciana Maciel Bizzotto

Iza Rodrigues da Luz

Isabel de Oliveira e Silva

Resumo

Este artigo objetiva discutir como as desigualdades socioterritoriais que atravessam as experiências das crianças brasileiras repercutiram em suas relações com a dimensão territorial e com o brincar no contexto da pandemia. As análises realizadas tiveram como fonte a escuta de crianças entre 8 e 12 anos da Região Metropolitana de Belo Horizonte, estado de Minas Gerais, Brasil. Por meio de dados gerados com base em questionário virtual, fotografias e entrevistas a distância, reflete-se sobre como a pandemia reiterou desigualdades históricas e de que modo a diversidade de experiências das crianças durante o isolamento social foram afetadas, confrontando estudos das diferentes condições territoriais e vulnerabilidades associadas. Afirmando o reconhecimento da alteridade das crianças e considerando-as sujeitos e atores sociais plenos, busca-se refletir sobre a sua capacidade de construir interpretações consistentes acerca de suas experiências e da crise sanitária e social.

Palavras-chave: infância; desigualdades socioterritoriais; pandemia, Belo Horizonte.

* A pesquisa *Infância em tempos de pandemia: experiências de crianças da grande Belo Horizonte* foi coordenada pelas professoras Isabel de Oliveira e Silva e Iza Rodrigues da Luz e pelo professor Levindo Diniz Carvalho, pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (PPGE/FaE/UFMG) e do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil (Nepei/FaE/UFMG).

Abstract

Childhood, pandemic, and socio-spatial inequalities in the metropolitan area of Belo Horizonte

This study seeks to discuss how socio-spatial inequalities that cross the experiences of Brazilian children had repercussions over the context of the pandemic, particularly on their relations with the territorial dimension and recreation. Analyses were carried out based on listening to children, ages 8 to 12, in the metropolitan area of Belo Horizonte (Minas Gerais, Brazil). Through data generated from a virtual questionnaire, photographs, and remote interviews, we reflect on how the pandemic reiterated historical inequalities and on how the diversity of children's experiences was affected during social isolation, confronting the analyses of different territorial conditions and associated vulnerabilities. Affirming the recognition of children's otherness and considering them as full-fledged social actors, we seek to reflect on their ability to build consistent interpretations about their experiences and the sanitary and social crisis.

Keywords: childhood; socio-spatial inequalities; pandemic.

146

Resumen

Infancia, pandemia y desigualdades socioterritoriales en la Región Metropolitana de Belo Horizonte

Este artículo tiene como objetivo discutir cómo las desigualdades socioterritoriales que permean las experiencias de los niños brasileños repercutieron en el contexto de la pandemia, con especial atención a su relación con la dimensión territorial y con el juego. Los análisis realizados se basaron en la escucha de niños entre 8 y 12 años de la Región Metropolitana de Belo Horizonte (Minas Gerais – Brasil). A través de datos generados a partir de un cuestionario virtual, fotografías y entrevistas remotas, reflexionamos sobre cómo la pandemia reiteró las desigualdades históricas y cómo se ha visto afectada la diversidad de experiencias infantiles durante el aislamiento social, confrontando estudios de las diferentes condiciones territoriales y vulnerabilidades asociadas. Al reconocer la alteridad de los niños y considerarlos sujetos de pleno derecho y actores sociales, pretendemos reflexionar sobre su capacidad para construir interpretaciones sobre sus vivencias y la crisis sanitaria y social.

Palabras clave: infancia; desigualdades socioterritoriales; pandemia.

Introdução

A pandemia de covid-19 provocou uma crise sanitária e social sem precedentes, em razão da velocidade com que o vírus SARS-CoV-2 atingiu todos os continentes e da intensidade de seus efeitos sobre a saúde pública e a economia. A doença atravessou fronteiras e a experiência de seu enfrentamento mostrou-se diversa, de acordo com as condições sociais e as políticas locais. Essa conjuntura intensificou a exclusão, ampliou a concentração de renda e penalizou, especialmente, as populações mais pobres, tanto no número de óbitos quanto na piora na qualidade de vida (Carvalho; Gouvêa; Fernandes, 2022). No que se refere aos impactos na vida das crianças, destacam-se a radical alteração do cotidiano infantil, das relações com os espaços, da convivência intra e intergeracional, e a alarmante fragilização do acesso aos direitos à educação, à proteção social, à segurança alimentar, ao lazer e à participação.

Mesmo com avanços inéditos, sobretudo na primeira década dos anos 2000, no Brasil, seis em cada dez crianças vivem na pobreza, o que corresponde a aproximadamente 32 milhões de crianças e adolescentes (Unicef, 2018), dos quais 24 milhões, além de viverem com renda insuficiente, têm um ou mais direitos negados, como moradia, água e educação, sendo o saneamento básico a privação mais recorrente. Essa situação se agravou, especialmente, a partir de 2016, em virtude das mudanças na política nacional, caracterizada pela subserviência ao mercado e pela redução drástica dos investimentos na área social, que deveriam manter ou aprimorar ações de combate à pobreza e de efetivação de direitos.

Nesse quadro, a chegada do novo coronavírus ao Brasil encontrou um Estado ineficiente e não comprometido com o bem-estar da população, além das propaladas visões e ações pautadas pelo negacionismo – da pandemia e dos meios para prevenir, tratar e controlar a covid-19. O estudo de Oliveira *et al.* (2021) indica, por exemplo, que o percentual de óbitos ocasionados por essa doença entre as crianças foi maior no Brasil do que o observado em outros países. A pesquisa evidenciou, ainda, que as desigualdades regionais e de condições de vida contribuíram mais para a mortalidade do que o número de comorbidades que a criança possuía.

Na sociedade brasileira, a histórica desigualdade social e racial é estruturante e tem sido recorrentemente discutida pelos estudos críticos sobre a infância, afirmando a luta pelo reconhecimento das crianças no plano simbólico atrelado ao direito a uma justiça distributiva desde a infância (Rosemberg, 2013). Assim, problematizar o lugar das crianças e das infâncias em um contexto de crise social aguda impõe a denúncia das imagens quebradas das infâncias pobres no Brasil e da barbárie a que estão submetidas em consequência das múltiplas desigualdades (Arroyo, 2004). Permanecemos sob a égide da modernidade e de sua falácia universalista, (re)produzindo desigualdades estruturais que constituem o pilar das relações capitalistas (Quijano, 2005).

Nosso compromisso, ao ouvir as crianças, em suas existências diversas, é o de reconhecê-las na sua alteridade e romper com uma inferioridade e um silenciamento históricos. Isso impõe a crítica ao adultocentrismo de nossa sociedade

(Rosemberg, 1976), marcada pela desconsideração das crianças nas decisões que dizem respeito a todos, o que inclui a população infantil.

Gouvêa (2011) articula diferentes campos do conhecimento para discutir os modos de conceber a criança e a infância, desde a sua menorização, caracterizada pela visão evolucionista, até as abordagens mais recentes, que resgatam a singularidade de suas formas de expressão. A autora enfatiza a complexidade dos processos de significação das crianças, nos seus contextos de vida, por meio da crítica a visões que restringem o humano ao domínio da linguagem verbal e ao seu uso como forma privilegiada de significação e expressão.

Acompanhando Gouvêa (2011), consideramos que o reconhecimento da alteridade da infância e das crianças é expresso na legitimação desse *outro* como sujeito pleno que vive a condição humana da infância – portanto, diferente e igual nas complexas relações intra e intergeracionais na construção da vida social. Com essa perspectiva, buscamos apreender os pontos de vista das crianças, tendo por base as desigualdades sociais e as singularidades das formas de percepção da realidade e de expressão dos pensamentos da população infantil, no contexto da pandemia de covid-19.

Escutar crianças em contextos de crise: aspectos metodológicos

Os dados analisados foram gerados a partir de uma pesquisa na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), capital do estado de Minas Gerais, que buscou compreender as formas como crianças entre 8 e 12 anos vivenciaram a pandemia de covid-19 e analisar as relações sociais, as experiências e os sentimentos delas nesse contexto. Pretendeu-se, também, apreender as condições de vida dessas crianças, especialmente daquelas em situação de maior vulnerabilidade social. A investigação foi realizada entre junho e novembro de 2020 e teve como participantes crianças moradoras de Belo Horizonte e dos 32 municípios que compõem a RBMH. A faixa etária foi delimitada de acordo com o que prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e o limite inferior de idade levou em conta as habilidades das crianças para responderem a um instrumento que exigia leitura e escrita. Embora os sujeitos principais sejam as crianças, concebidas como atores capazes, o estudo observou a necessidade legal de autorização dos responsáveis e de eventual mediação de um adulto para as respostas. O projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG).¹ A escuta dos participantes aconteceu por meio de um questionário *online* e de entrevistas a distância, uma vez que esses métodos permitiam chegar de forma rápida às crianças e suas famílias durante o período de isolamento social.

Diante da impossibilidade de definição de uma amostra intencional para acesso aos sujeitos por meio de recursos de comunicação a distância, a seleção dos participantes ocorreu mediante identificação de informantes-chave que colaboraram

¹ Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (Caae): 497520.3.0000.5149.

para fazer o questionário chegar ao público definido. Contou-se, portanto, com o auxílio de secretarias municipais de educação e de assistência social, de organizações da sociedade civil, de professores(as) e gestores(as) de escolas públicas, além de outros atores, os quais atuavam em projetos com crianças e dispunham de contatos telefônicos e/ou e-mails de familiares de crianças da faixa etária estabelecida. O questionário foi elaborado respeitando os cuidados éticos com o público participante e estruturado de modo a conter os Termos de Consentimento Livre e Esclarecido e de Assentimento logo no início, cuja continuidade de preenchimento só era permitida após a adesão do responsável e das crianças, nessa ordem. Ressalta-se que o instrumento contou com linguagem acessível tanto para familiares adultos de diferentes contextos sociais quanto para crianças da faixa etária eleita para a pesquisa.²

A investigação pretendia acessar o maior número possível de crianças, especialmente aquelas que viviam em territórios mais sujeitos à vulnerabilidade social. Logo, definiu-se como foco prioritário para os informantes-chave as instâncias da política educacional e de assistência, bem como as organizações e os atores sociais que atuam com a população pobre dos municípios da RMBH. Observa-se que esse é um limite da pesquisa, na medida em que a impossibilidade de acesso presencial às crianças, em virtude do isolamento social, implicou, provavelmente, a exclusão da população infantil em situação de maior vulnerabilidade. Além disso, a inviabilidade de definir numericamente e de estratificar a amostra impediu a utilização de recursos estatísticos de representatividade populacional. Ainda assim, ressalta-se que a grande difusão do telefone celular e do uso do aplicativo WhatsApp permitiu o acesso a crianças de diferentes estratos socioeconômicos.

Tendo em vista os objetivos da pesquisa, os instrumentos incluíram perguntas sobre os contextos de vida das crianças, as atividades que realizavam em seu cotidiano, as principais preocupações e sentimentos em relação à pandemia e às mudanças experimentadas com o fechamento das escolas em suas relações sociais. Ao final do questionário, constava a sugestão para a criança, caso desejasse, enviar um áudio, um desenho ou uma fotografia sobre suas experiências no período de isolamento social. Essa iniciativa buscou favorecer a expressão por meio de linguagens mais familiares às crianças (Cruz, 2008). Incluiu-se, também, uma pergunta sobre o desejo e a disponibilidade da criança de ser entrevistada por um(a) pesquisador(a), obtendo-se uma resposta positiva de 740 delas. O total de questionários recebidos foi de 2.300, tendo sido validados, conforme os critérios de idade e território, 2.021 instrumentos respondidos.

As entrevistas tiveram como objetivo ampliar a possibilidade de compreensão das respostas aos questionários, permitindo uma escuta mais aprofundada de algumas crianças sobre suas vivências. O número de entrevistas foi limitado considerando-se, entre outros aspectos, a capacidade da equipe de pesquisa no tempo disponível para sua realização, ainda na situação de pandemia. Para a definição dos critérios de escolha das 33 crianças entrevistadas, a equipe procurou contemplar

² Para mais informações sobre os aspectos metodológicos da pesquisa, ver Silva *et al.* (2022).

a diversidade de gênero, raça/cor, local de moradia (BH e Região Metropolitana), escola frequentada (pública e privada) e idade. As análises apresentadas neste artigo propõem um aprofundamento na experiência de quatro crianças entrevistadas, que foram selecionadas de acordo com o local (cidade) e as condições de moradia (número de pessoas e características da casa), observando também a paridade de gênero. Essa escolha metodológica visa detalhar como a dimensão territorial e as vulnerabilidades sociais associadas a ela interferiram no cotidiano das crianças no período de isolamento social.

Joana³ é uma menina de 9 anos que se autodeclarou parda; mora com os pais e a irmã em Lagoa Santa, município conurbado⁴ com Belo Horizonte de cerca de 66 mil habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de 0,777; e estuda em uma escola particular. Joana tem acesso a muitos brinquedos em sua casa, faz uso frequente de mídias e participa de aulas extracurriculares, o que aponta para um maior nível socioeconômico de sua família. Durante a pandemia, esteve comprometida com o isolamento social, o que lhe permitiu conhecer e explorar mais a sua própria casa.

Diego é um menino de 9 anos que se autodeclarou pardo; reside com a mãe e três irmãos em Esmeraldas, município com aproximadamente 72 mil habitantes e IDHM de 0,671. Diferentemente de Joana, ele demonstra estabelecer uma relação maior com o território onde vive, pois a rua ainda é “de areia” e ele pode brincar mais livremente com parentes e vizinhos. Diego menciona dividir o mesmo quarto com toda a família, ter usado o transporte público durante a pandemia e acessar filmes por meio de aparelho DVD e músicas com o uso de rádio, indicativos de que ele pertence a um grupo cujo nível socioeconômico é menor.

Luiza é uma menina de 9 anos que se autodeclarou “morena com descendência indígena”; mora com a mãe, embora divida seu tempo também na casa do pai e da avó, uma vez que os pais são separados e trabalham fora; e reside em Contagem, cidade de 674 mil habitantes conurbada com Belo Horizonte e IDHM de 0,756. Na entrevista, Luiza menciona se sentir triste por não poder ir à escola e que, para se entreter, fazia uso de *tablet* e assistia à televisão.

Por fim, Kauã é um menino de 11 anos que se autodeclarou indígena; reside com a mãe e os irmãos em um terreno dividido com a avó e a tia em Jaboticatubas, município de cerca de 20 mil habitantes e IDHM de 0,681. O menino relatou ter bastante contato com outras crianças e alguns adultos, no entanto, a maioria deles são familiares. Apesar disso, afirma que a família, embora numerosa, tomou cuidado no tocante à pandemia. Diferentemente dos demais entrevistados, Kauã não relatou o uso de mídias e diz ter passado a maior parte do tempo envolvido com brincadeiras tradicionais na parte de fora da sua casa.

Com base na relação entre as experiências singulares das crianças participantes e os marcadores sociais, tecemos análises sobre as repercussões das desigualdades socioterritoriais na pandemia.

³ Os nomes aqui citados são fictícios.

⁴ O termo “conurbação” refere-se à união entre municípios devido ao crescimento urbano das cidades.

Desigualdades socioterritoriais e experiências infantis durante a pandemia

A desigualdade socioespacial é a grande marca da formação das cidades no contexto latino-americano como consequência do modelo de normatização colonial e de capitalismo dependente, imposto pelo colonialismo (Rama, 2015). O avanço da agenda neoliberal, defendida, muitas vezes, como a saída possível em meio a uma crise urbana e fiscal (Freitas; Canettieri, 2022), aprofunda os processos de privatização e segregação sociorracial. Em decorrência disso, as experiências de crianças que vivem em cidades da América Latina são permeadas por dificuldade em mobilidade urbana, infraestrutura de serviços e equipamentos públicos precarizados, escassez de moradia, situação de risco de inundação ou deslizamento, violência urbana, entre outros.

O debate contemporâneo sobre a infância na cidade parte da crítica a uma concepção de criança enquanto sujeito passivo e confinado pelo imperativo da lógica urbana adultocêntrica de espaços especializados (escola, casa, igreja, *shopping* etc.). Em geral, o pensamento hegemônico sobre a infância reduz as representações em duas imagens: a da criança de camadas populares, que, ao caminhar sozinha pela comunidade, é considerada um problema social relacionado à negligência ou ao abandono; e a da criança de classe média e alta, que, ao circular livremente pela cidade, é vista como autônoma. Há, contudo, um viés de classe e raça que atravessa essa narrativa da infância protegida, uma vez que, ao observar crianças em realidades periféricas, somos levados a conclusões mais complexas sobre as experiências infantis no contexto urbano (Parga, 2004).

No cenário de pandemia, especialmente no período anterior à vacinação, quando foi realizada a pesquisa, o distanciamento social tornou-se a principal estratégia de proteção. Tendo em conta as diferentes experiências de circulação e socialização das crianças, somadas às condições socioeconômicas e de moradia desiguais, a difusão do vírus afetou, particularmente, a vida de crianças e famílias que habitam os territórios mais vulneráveis da cidade. Acrescenta-se a isso o fechamento das escolas, estimado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – Unesco (2021) em 40 semanas, reduzindo as possibilidades de socialização e o acesso a direitos. A seguir, destacamos os resultados da pesquisa, os quais indicam, assim como evidenciado por outros estudos (Lara; Castro, 2021; Carvalho; Gouvêa; Fernandes, 2022; Tebet; Abramowicz; Lopes, 2022), que as experiências sociais das crianças são marcadas por desigualdades sociais, territoriais, raciais e de gênero e que essas desigualdades se acentuaram com a pandemia.

A Figura 1 traz dois mapas nos quais os pontos vermelhos correspondem à distribuição das crianças participantes da investigação em Belo Horizonte e na RMBH. Do total de 2.021 crianças que responderam ao questionário, 45,5% residem em Belo Horizonte. Destas, 5,6% moram em vilas, favelas e aglomerados.

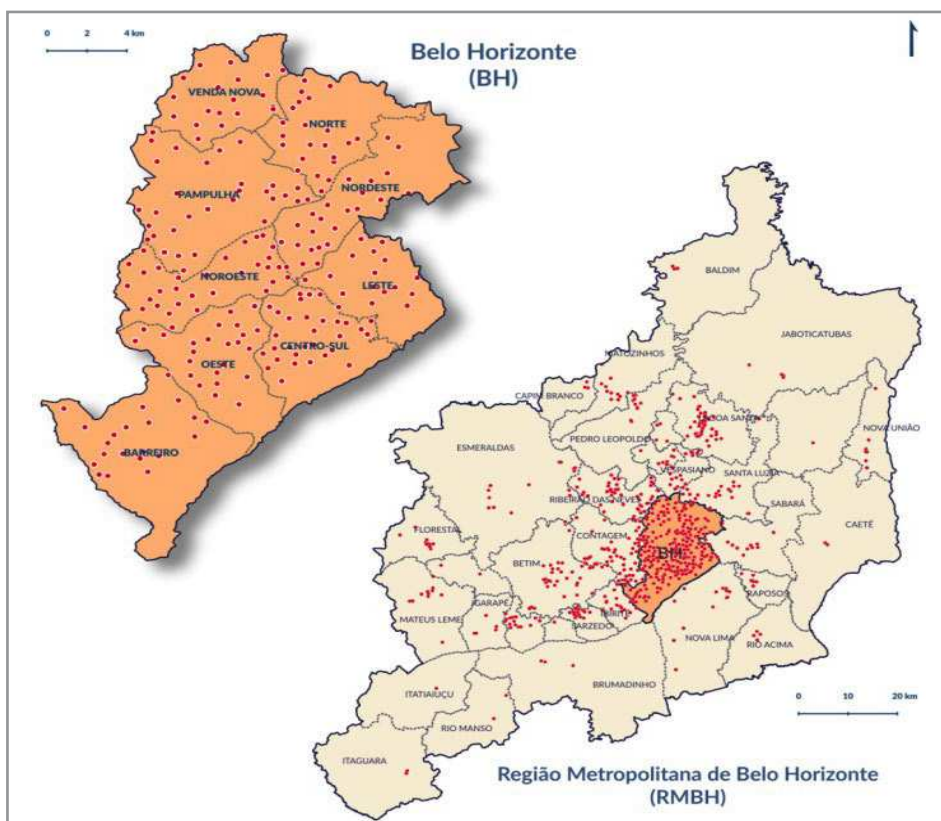


Figura 1 – Mapa de espacialização das respostas obtidas dos questionários – RMBH

Fonte: Elaboração própria baseada em IBGE (2020), Prefeitura de Belo Horizonte (2020) e Silva, Luz e Carvalho (2021, p. 29).

152

Por meio do Índice de Vulnerabilidade Social (IVS), construído pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), foi criada a categoria de vulnerabilidade territorial,⁵ a fim de compreender a vulnerabilidade como elemento associado às condições de territorialidade, e não aos sujeitos da pesquisa. Os resultados indicaram que 55,5% das crianças participantes residem em locais de baixa vulnerabilidade, 29,2% na categoria de média e 11,1% em territórios de alta vulnerabilidade.

De maneira geral, os dados apontaram os ambientes da casa preferidos pelas crianças e como a diversidade de condições de moradia propiciou múltiplas formas de viver o isolamento social. Os resultados sugerem, contudo, que as crianças que habitam territórios de maior vulnerabilidade brincavam em áreas externas da casa com maior frequência, o que corrobora a análise de Tebet, Abramowicz e Lopes (2022) sobre a impossibilidade do isolamento social em comunidades periféricas diante da ausência de espaços individuais.

Essa multiplicidade também se revelou, em alguma medida, nos depoimentos das quatro crianças. Enquanto Joana, Diego e Kauã, que residem em municípios menos adensados, relatam gostar de ficar a maior parte do tempo em espaços externos, como o jardim, o terreiro ou a rua, Luiza reconhece no seu quarto o espaço

⁵ O passo a passo desse exercício se encontra descrito em Silva *et al.* (2022).

favorito e mais frequentado durante a pandemia: “Porque tem tudo, né? Tem cama, tem televisão, tem roupa”. Essa fala aponta para uma experiência do emparedamento no cotidiano mesmo antes da pandemia, também pela falta de encontro com amigos, os quais não moram na rua, mas são da escola. Isso se confirma quando ela diz sair de casa somente para ir à casa da avó, onde fica enquanto a mãe trabalha, ou ao supermercado, para fazer compras com a mãe. Portanto, a irmã e o primo que frequentam a casa da avó são as crianças com quem brinca durante o isolamento social, severamente seguido pela família.

Assim como Luiza, Joana aparenta passar a maior parte do tempo em espaços da casa. Contudo, em uma tentativa de ampliar suas experiências, menciona ficar “em todos os lugares da casa”, embora passe a maior parte do tempo no jardim e na garagem, mesmo com os carros atrapalhando. Ela divide a casa com a irmã mais nova, mas a repetição das brincadeiras e a falta de pessoas de sua idade para brincar fazem com que manifeste o tédio diante do isolamento social, razão pela qual afirma sentir muita saudade dos colegas da escola. Para ajudar a distraí-la, a mãe inscreveu Joana em aulas de piano *online*.

Os meninos Kauã e Diego demonstram uma maior interação com o espaço externo da casa ou o bairro, o que os leva a acessarem menos as mídias para brincar e socializar. Kauã diz sair de casa mais para auxiliar com tarefas, como ir ao mercado, ou acompanhar a mãe no trabalho de vendas, pois ajuda a passar o tempo. Seu depoimento evidencia uma noção de coletividade no ambiente familiar: “Tem uma parte do dia que a gente ajuda a minha mãe e, na outra, a gente brinca”. Embora não possa brincar na rua ou receber amigos, afirma brincar muito com os irmãos “lá fora”: “Eu gosto mais é de ficar no terreiro de casa, porque lá pode ficar com os irmãos, soltar papagaio, brincar de esconde-esconde, um tanto de coisa”. Kauã sabe que é um menino de sorte por ter esse espaço, perante a realidade de outras crianças: “Têm crianças que não têm terreiro pra brincar”.

O terreiro é um espaço dividido com outros parentes, que também possuem casas ali. Ele brinca o dia todo com outras crianças com quem possui relação de parentesco, mas reitera: “Quando os amigos vinham, era melhor, porque a gente brincava mais”.

Diego mora com a mãe e os três irmãos mais novos em uma casa, onde também tem a sorte de dispor de um quintal cheio de árvores. Mas ele argumenta que prefere brincar na rua, porque “dentro de casa não dá, não, por causa que tá um calor”. Durante o dia, brinca de fazer papagaios para as crianças menores com o bambu que encontra na rua, técnica aprendida com seu tio. Além disso, como a rua não tem asfalto e é bem grande, anda de bicicleta e velotrol por ali. Diego ajuda a mãe em tarefas de casa, como lavar o banheiro, e gosta de ouvir *funk*, seu estilo preferido de música. No período de isolamento social, visitou a casa de parentes na roça e na cidade, revelando forte interação com um núcleo familiar ampliado. Ao ser perguntado se tinha medo de pegar covid-19, é enfático: “Não!”. E, sobre o que mais sentia falta da escola, responde: “Bom, o que eu sinto falta é de ir lá pra praia”.

Os depoimentos demonstram como as condições da moradia e do território conformam diferentes experiências de socialização. Viver em uma cidade mais

adensada viabiliza maior acesso a bens materiais e, inclusive, à educação, ao mesmo tempo que pode produzir uma sensação de insegurança e uma relação com o bairro menos atravessada por vínculo de parentesco e confiança, gerando maior emparedamento.

Conforme apontam Tebet, Abramowicz e Lopes (2022), a dimensão socioterritorial promove diferentes formas de ser impactado pela pandemia e de criar estratégias para sobreviver. Essa espacialização é perpassada pela corporeidade – assim como indica James (2000) sobre a capacidade de a agência do corpo da criança estar atrelada à sua contribuição coletiva e individual para a construção do mundo social – e, portanto, pelas relações étnico-raciais.

As diferentes experiências das crianças revelam, ainda, a importância da liberdade de circulação como processo de socialização e aprendizagem, segundo evidenciou Nunes (2002) em estudo etnográfico com crianças indígenas. A circulação pelo espaço relacionada a responsabilidades, como acompanhar a mãe no trabalho ou ajudar em tarefas domésticas, aponta para uma lógica local em que o senso de pertencimento cultural e familiar das crianças é permeado por relações de cuidado com a família e com a casa. Tais práticas promovem a circulação por meio da qual uma memória coletiva sobre o local é construída e atravessa a experiência da criança. Isso fica claro no exemplo de Diego, que aprendeu com o tio a fazer o papagaio usando restos de bambu e hoje reproduz essa prática com as crianças menores. Como ressaltam Lara e Castro (2021, p. 13, tradução nossa): “[...] reconhecer a legitimidade da responsabilidade através da perspectiva dos cuidados que as crianças exercem em sua vida diária parece ser uma forma de reconhecer sua cidadania como uma prática contextualizada e relacional”.⁶

Ressalta-se, ainda, o papel que as brincadeiras assumiram nas experiências infantis no contexto da pandemia. Como assinala Gouvêa (2011), o brincar constitui uma atividade infantil por excelência na cultura contemporânea, sendo mediante a brincadeira que a criança constrói sentidos do mundo, recriando sua realidade à proporção que explora seus limites.

Destacamos, a seguir, dados da pesquisa sobre a frequência e a relevância da brincadeira no cotidiano das crianças. A prática da brincadeira foi, por exemplo, a justificativa dada por algumas crianças nas respostas abertas do questionário para não estarem cumprindo o isolamento social, o que pode ser confirmado nestes depoimentos: “Eu estava ficando triste. Mamãe me leva em lugares que têm pouca gente e que são abertos” (menina, 8 anos); “Brinco na rua de casa, mas uso máscara” (menino, 11 anos); “Não estou cumprindo o isolamento, preciso brincar” (menina, 8 anos). Tais declarações evidenciam um imperativo da prática do brincar no cotidiano das crianças mesmo no contexto do isolamento social.

As imagens enviadas pelas crianças dos espaços onde brincavam e de seus brinquedos denotam a diversidade dessa experiência e das infâncias que se revelam

⁶ No original: *To recognize the legitimacy of responsibility through the perspective of the care that children exercise in their daily lives seems to be a way to recognize their citizenship as a contextualized and relational practice.*

no contexto urbano da RMBH. As crianças enviaram imagens de becos, lajes e quintais, mas também de origamis, bonecos de massinha, brinquedos industrializados, instrumentos musicais de brinquedo e animais, como galinhas, cachorros, araras.



Figura 2 – Fotos da laje e do beco da Vila Cafezal enviadas por um menino de 9 anos

Fonte: Silva, Luz e Carvalho (2021).

As crianças entrevistadas também expressaram com quem estavam brincando durante o isolamento social, assim como listaram algumas de suas brincadeiras mais recorrentes. Entre os parceiros de brincadeiras, foram citados irmãos, primos, amigos da rua e da escola e pais. Algumas crianças afirmaram brincar sozinhas. Esses resultados denotam que famílias e crianças, de diferentes contextos sociais, mantiveram uma convivência frequente com vizinhos ou familiares que vivem próximos. Com relação às brincadeiras realizadas por elas, muitas foram as modalidades, desde jogos eletrônicos, em *tablets* e celulares, até jogos de tabuleiro. As brincadeiras ao ar livre no quintal de casa foram as mais citadas, destacando-se jogar bola, brincar de pega-pega e esconde-esconde. Com menos frequência, apareceram também: brincar de boneca, desenhar, brincar com os animais de estimação, brincar na rua, soltar papagaio. Tal repertório informa os modos de vida e as formas de sociabilidade das crianças, também denota como o território assume um importante papel na prática do brincar e na configuração das culturas infantis (Carvalho; Silva, 2018).

O brincar, como forma de expressão e apreensão do mundo pelas crianças, ainda que circunscrito a um cenário de restrições, revelou-se diverso, foi positivado pelos participantes da pesquisa e assumiu um caráter de resistência das crianças a um contexto de crise sanitária e social.

Considerações finais

Nos limites deste artigo, discutimos a dimensão territorial e o brincar durante o isolamento social. Observou-se que as crianças, embora vivenciando o mesmo contexto de crise social e sanitária, tiveram suas experiências marcadas por diferentes condições de pertencimento, entre as quais, a condição territorial, entendida como aspecto complexo da vida na cidade. O fato de não poder sair de casa ganha características de exploração dos espaços internos da moradia e do uso das mídias para socializar, como é o caso de uma criança cujas respostas indicam seu pertencimento aos estratos sociais superiores. Em contrapartida, revela experiências de crianças das camadas populares ao apontarem que o maior tempo em casa, na convivência com os responsáveis e irmãos, significou a realização de brincadeiras conjuntas e a participação em atividades domésticas e cuidados com os mais novos, permeadas pela circulação no território.

As atividades caracterizadas como brincar revelaram tanto os limites impostos pelo isolamento social quanto a agência das crianças ao criarem situações de interação e brincadeiras nos espaços possíveis, em sua busca por interações que ocorriam conforme o território e as condições de moradia.

Escutar crianças no contexto do isolamento social significou enfrentar desafios éticos e metodológicos, principalmente no que diz respeito a como se aproximar delas sem o contato presencial. A riqueza de dados gerados indica que os instrumentos cumpriram sua função e que as crianças da faixa etária selecionada contam com recursos para interagir também dessa forma, mesmo que, em alguns casos, tenham carecido de ajuda de um adulto familiar. Assim, o compromisso ético com o direito à participação das crianças pautou todo o processo da pesquisa, cujos resultados expressam os pontos de vista delas sobre os múltiplos contextos vividos e sobre as próprias experiências, colaborando, assim, para a desconstrução de uma concepção universalista de infância.

156

Referências bibliográficas

ARROYO, M. G. *Imagens quebradas: trajetórias e tempos de alunos e mestres*. Petrópolis: Vozes, 2004.

CARVALHO, L. D.; GOUVÊA, M. C. S.; FERNANDES, N. Crianças, infâncias e pandemia. *Caderno Cedes*, Campinas, v. 42, n. 118, p. 228-231, set./dez. 2022.

CARVALHO, L. D.; SILVA, R. C. Infâncias no campo: brinquedo, brincadeira e cultura. *Childhood & Philosophy*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 29, p. 189-212, jan./abr. 2018.

CRUZ, S. H. V. (Org.). *A criança fala: a escuta de crianças em pesquisas*. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

FREITAS, D. M.; CANETTIERI, T. Metr pole, crise urbana e governança neoliberal. In: MENDONÇA, J. et al. (Org.). *Reforma urbana e direito   cidade: Belo Horizonte*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2022. Cap. 7, p. 97-106. (Série REURDC: Reforma Urbana e Direito   Cidade, 13).

FUNDO DAS NAOES UNIDAS PARA A INFÂNCIA (UNICEF). *Pobreza na infância e na adolescência*. [S.l.]: Unicef, 2018. Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/156/file/Pobreza_na_Infancia_e_na_Adolescencia.pdf. Acesso em: 30 ago. 2023.

GOUVÊA, M. C. S. Inf ntia: entre a anterioridade e a alteridade. *Educao & Realidade*, Porto Alegre, v. 36, n. 2, p. 547-567, maio/ago. 2011.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). *Cidades e Estados*. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados>. Acesso em: 28 mar. 2023.

JAMES, A. Embodied being(s): understanding the self and the body in childhood. In: PROUT, A. (Ed.). *The body, childhood and society*. London: Palgrave Macmillan, 2000. p. 19-37.

LARA, J. S.; CASTRO, L. R. Children's responsibilities in a Brazilian community: citizenship as care practices. *Global Studies of Childhood*, [S. l.], v. 13, n. 1, p. 5-15, Jan. 2021.

NUNES, A. No tempo e no espaço: brincadeiras das crianças a'uwe-xavante. In: SILVA, A. L.; NUNES, A. (Org.). *Crianças indígenas: ensaios antropol gicos*. São Paulo: Global, 2002. p. 64-100. (Série Antropologia e Educao).

OLIVEIRA, E. A. et al. Clinical characteristics and risk factors for death among hospitalized children and adolescents with covid-19 in Brazil: an analysis of a nationwide database. *The Lancet: child & adolescent health*, [S. l.], v. 5, n. 8, p. 559-568, Aug. 2021.

ORGANIZAO DAS NAOES UNIDAS PARA A EDUCAO, A CIÊNCIA E A CULTURA (Unesco). Dois terços do ano acad mico foram perdidos com o fechamento das escolas devido à covid-19. Brasília, DF, 27 jan. 2021. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/109412-unesco/C2%A0dois-terços-do-ano-acad mico-foram-perdidos-com-o-fechamento-das-escolas-devido-à>. Acesso em: 30 ago. 2023.

PARGA, J. S. *Orfandades infantiles y adolescentes: introducción a una sociología de la infancia*. Quito: Abya Yala, 2004.

PREFEITURA DE BELO HORIZONTE. *Região Administrativa de Belo Horizonte*. Belo Horizonte, 2020. Disponível em: <http://geonetwork.pbh.gov.br/geonetwork/srv/por/catalog.search;jsessionid=0DF72F928324A8F6F41C704142A37F9B.geonetwork1#/metadata/a597567f-cfcb-4bc8-97aa-e83793bbfae5>. Acesso em: 28 mar. 2023.

QUIJANO, A. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, E. (Org.). *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais – perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 227-278.

RAMA, A. *A cidade das letras*. São Paulo: Boitempo, 2015.

ROSEMBERG, F. Educação para quem? *Ciência & Cultura*, Campinas, v. 28, n. 12, p. 1466-1471, 1976.

ROSEMBERG, F. Políticas de educação infantil e avaliação. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, v. 43, n. 148, p. 44-75, jan./abr. 2013.

SILVA, I. O. et al. Escutar as crianças em um contexto de crise: percurso metodológico e perfil dos participantes da pesquisa. In: SILVA, I. O. et al. (Org.). *Infância e pandemia: escuta da experiência das crianças*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2022. p. 25-60. Disponível em: <https://editoraufmg.com.br/#/pages/ebook/943>. Acesso em: 1 ago. 2023.

SILVA, I. O.; LUZ, I. R.; CARVALHO, L. D. *Infância e pandemia na região metropolitana de Belo Horizonte: primeiras análises*. Belo Horizonte: EdUFMG, 2021.

TEBET, G.; ABRAMOWICZ, A.; LOPES, J. A make-believe confinement for Brazilian young children in the covid-19 pandemic. *Children's Geographies*, Oxfordshire, v. 20, n. 4, p. 421-426, 2022.

Unesco ver Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Unicef ver Fundo das Nações Unidas para a Infância.

Agradecimentos

Este trabalho foi financiado pelas seguintes organizações: Pró-Reitoria de Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (PRPq-UFMG), Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

Levindo Diniz Carvalho, doutor em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é professor associado da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG e pesquisador do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil (Nepei). É editor-assistente dos periódicos *Educação em Revista* (UFMG) e *Sociedad e Infancias* (Universidad Complutense Madrid).

levindodinizc@gmail.com

Luciana Maciel Bizzotto, doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é pós-doutoranda em Saúde Pública pela Universidade de São Paulo (bolsista Fapesp – Processo 2022/07771-1) e pesquisadora colaboradora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil (Nepei).

bizzotto.lu@gmail.com

Iza Rodrigues da Luz, doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e pós-doutoranda pela Universidade de São Paulo (USP), é professora associada da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG, vice-líder do Grupo de Pesquisa Cuidado, Educação e Infâncias (CEI/CNPq) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil (Nepei).

izarodriguesluz@gmail.com

Isabel de Oliveira e Silva, doutora em Educação pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), é professora associada da Faculdade de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da UFMG, líder do Grupo de Pesquisa Cuidado, Educação e Infâncias (CEI/CNPq) e pesquisadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas sobre Infância e Educação Infantil (Nepei).

isabel.os@uol.com.br

Recebido em 29 de março de 2023

Aprovado em 14 de agosto de 2023